DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v3i3p81-94

A concepção de "raças" impressa nos Livros-Registros do Gabinete de Identificação d'Armada (1908-1918)

Moacir Silva do Nascimento*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), no período de 1908 a 1918, por meio do exame dos Livros-Registros de oficiais do Gabinete de Identificação d'Armada (GIA), localizados no Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), onde constam dados dos militares que compunham a oficialidade da MB. Através de um brevíssimo relato sobre os principais teóricos raciais brasileiros e suas percepções, podemos constatar o esteio que formava a ideologia sócio-racial predominante na sociedade brasileira, ora determinando a inferioridade das raças "não brancas", ora sinalizando a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do branco, como que por uma seleção natural. Aqui, enfatizamos o lugar central das questões raciais no Brasil, já que podiam determinar os destinos do país.

Palavras-Chave: Marinha de Guerra Brasileira; Oficiais; Concepção de Raças.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), no período de 1908 a 1918, por meio do exame dos Livros-Registros de oficiais do *Gabinete de Identificação d'Armada* (GIA), localizados no Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), onde constam dados dos militares que compunham a oficialidade da MB. Optaremos por utilizar o método de Análise de Conteúdo conceituado por Laurence Bardin (BARDIN, 1977) como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações" com o objetivo de "evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem"; devido seu rigor

* Graduando em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: moacir_jc@yahoo.com.br.

metodológico e sua possibilidade de produzir sentidos e significados de forma multifacetados. Dessa forma, aplicaremos o método para estabelecermos unidades que, posteriormente, se configurarão em categorias; por exemplo, aquelas relacionadas às unidades semânticas de classificação de cor, fator que revela o sistema classificatório da época.

Assim, direcionamos nossa reflexão ancorada na percepção de Stuart Hall (HALL, 1992) sobre o conceito de raças quando defende como uma "categoria discursiva" que "diferencia socialmente um grupo do outro"; primeiro, para externarmos que raça é uma categoria de concepção ideológica e não científica. Em um segundo momento, destacamos que tais discursos ideológico-raciais – por mais que não tenham uma fundamentação biológica – desempenham um papel relevante na construção de uma nação e sua identidade nacional, uma vez que assumem noções culturais que articulam os quadros sociais da época. Desse modo, assumimos a perspectiva teórica da Nova História Cultural, pois segundo Roger Chartier (1990), a pesquisa histórica deve analisaras sociedades a partir de suas estruturas, onde se configuram os lugares sociais de cada grupo, demonstrando os "mecanismos que asseguram a mobilidade (ou a reprodução) social, os funcionamentos não apreendidos pelos sujeitos sociais e sobre os quais a sua acção voluntária não tem qualquer influência" (CHARTIER, 1990, p. 92).

A nascente intelectualidade brasileira: a gênese do racismo

Na história do pensamento histórico-racial brasileiro, especificamente do século XIX e das primeiras décadas do século XX, existiram intelectuais que na intenção de – primeiramente, constituir uma ideia de Nação em resposta às previsões pessimistas e negativas de teóricos europeus como Lapouge, Gobineau e Buckle – foram, também, responsáveis pela constituição de um ideal de sociedade que tinha como paradigma a sociedade europeia e como antídoto para eliminar da estrutura racial, negros e índios, a miscigenação. Tais pressupostos baseavam-se na crença que a presença dessas raças tidas como "não brancas", era sinônima de atraso, já que se acreditava que essas populações

tinham, na sua formação biológica, tendências sócio-morais que não contribuiriam para o progresso do Brasil. No entanto, a ideia de fusão de raças não era aceita entre os pensadores da Europa, o que levou historiadores brasileiros a buscar uma adaptação dessas teorias raciais à realidade da nova sociedade brasileira que se estabelecia(ODALIA, 1997).

No livro intitulado *Os Africanos no Brasil* (escrito entre 1890 e 1905, publicado em 1932), Raymundo Nina Rodrigues evidenciava sua concepção de que o "negro" era um problema para o Brasil. O médico e antropólogo Nina Rodrigues considerava as populações negras atrasadas moral e civicamente, e que esta "anomalia" comprometia o futuro do Brasil, tendo em vista que:

> Adstrito por agora ao exame da capacidade cultural do negro brasileiro, é a este padrão da morosidade extrema em considerar-se que havemos de referir, pois, se o futuro do Brasil dependesse de chegarem os seus negros ao mesmo grau de aperfeiçoamento que os brancos, muitas vezes se poderiam transformar antes os seus destinos de povo, se é que algum dia se houvesse de realizar. Ocorre, portanto, demonstrar que de fato nessa morosidade reside o ponto fraco da civilização dos negros (RODRIGUES, 2010, p. 292).

Dessa maneira, constatamos que o pensamento de Nina Rodrigues estava alicerçado no pressuposto de que os povos africanos possuíam uma capacidade muito inferior para evoluir e de civilização, em comparação a dos brancos. Para Nina Rodrigues, a presença dos negros constituía a razão determinante para a inferioridade do povo brasileiro pois, ele entendia e apontava a "supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo" (RODRIGUES, 2010, p. 15).

Por sua vez, Francisco José de Oliveira Viana na obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920), deixava claro sua visão sobre os elementos raciais que integravam a recém-sociedade do Brasil republicano. Para Oliveira Viana, as populações negras, mestiças e pardas representavam o que de marginal, violento e desordeiro existia no país, haja vista que:

> Os grandes feudatários coloniais encontram nesses "cabras", nesses "pardos", nesses "curibocas", nesses "mamelucos" e mais "variedade de gente que há por aquele sertão", na frase de Miguel Pereira, os combatentes ideais, os soldados por excelência para o seu pequeno exército dominical. O luso, o peninsular puro, não serve para esse mister de capanga, rude e pouco

> honrado. Os seus hábitos laboriosos, a sua honestidade fundamental, a sua índole morigerada e branda, o tornam incompatível com as ações habituais da capangagem. Com o mestiço, o caso é diverso. O mestiço inferior, que é o mais numeroso, talha-se maravilhosamente à feição dessas necessidades; sem repugnâncias intempestivas, ou fraquezas inoportunas, ele pode ser, ora o homem da horda, que ataca, afronta, agride, ora o sicário isolado, que assassina por paga e de ânimo frio (VIANA, 2005, p. 252).

Como podemos perceber a concepção desse intelectual era a de que todas as gentes negras e oriundas da reunião das raças existentes no Brasil possuíam aspectos desagregadores, agressivos e imorais inatos às suas naturezas. Portanto, sinalizavam um grande problema na composição de uma sociedade que se pretendia ascender ao patamar daquelas tidas como superiores, as europeias. Nesta direção, Oliveira Viana acreditava que os mestiços provenientes de duas raças distintas, depois de certo tempo, estavam sujeitos a um movimento de retomada de aspectos de um dos tipos étnicos geradores. Assim, afirmava que "os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior" (VIANA, 2005, p. 173). Dada a enorme repercussão social de afirmações como essas e o grande protagonismo de Oliveira Viana no cenário político-nacional brasileiro durante décadas, fica evidente a razão da predominância nas estruturas socioculturais do Brasil os conceitos relativos à ideia de raças.

Por outro lado, um teórico racial que se diferenciou desses discursos contra a mestiçagem, mas que jamais abriu mão do determinismo racial foi Silvio Romero. Na Faculdade de Direito de Recife, após os anos 70 do século XIX, Romero se destacou por defender a figura do mestiço como sinal de triunfo da raça branca no país. Seu pensamento defendia que:

> [...] na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. É conhecida, por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, a fazer-se passar por branco, quando sua cor pode iludir (ROMERO, 1949, p. 21).

Assim, Romero se afastava dos modelos teóricos que defendiam a predominância de uma raça pura, para pensar a questão racial a partir de uma realidade híbrida e mestiça que

era o caso brasileiro. Usando a expressão de Lilia Moritz Schwarcz, Silvio Romero pensava em definir uma "viabilidade nacional". Como não existia uma etnia predominante no Brasil, esse intelectual optou por defender a mestiçam como saída para a consolidação da supremacia da "raça branca", forte e de caráter biológico dominante, portanto vitoriosa na estrutura racial.

Diante desse brevíssimo relato sobre os principais teóricos raciais brasileiros e suas percepções, podemos constatar o esteio que formava a ideologia sócio-racial predominante na sociedade brasileira, ora determinando a inferioridade das raças "não brancas", ora sinalizando a aceitação da mestiçagem como caminho viável para a consolidação da supremacia do branco, como que por uma seleção natural. Aqui, enfatizamos o lugar central das questões raciais no Brasil, já que podiam determinar os destinos do país. Para isso, basta explicitarmos que, nas principais instituições de irradiação das concepções que amalgamavam ideologias e modelos de interpretação da realidade social, especialmente a partir da década de 70 dos oitocentos, assimilaram com grande aceitação as teorias raciais da Europa, notavelmente, o ideário positivo-evolucionista (SCHWARCZ, 1993).

Somados aos pressupostos teórico-racistas que se engendraram na estrutura cultural do imaginário da sociedade brasileira, estão os "mitos fundadores" que imbricados na matriz social naturalizaram as desigualdades e determinaram a inferioridade de uns e a superioridade de outros. Marilena Chauí esclarece que foi na formação do "caráter nacional" e da "identidade nacional" que as divisões sociais foram estabelecidas, naturalizadas e assimiladas:

> As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais (CHAUÍ, 2000, p. 90).

Isto posto, podemos afirmar que, no entendimento de Chauí, foram os traços estruturantes da sociedade brasileira que determinaram os valores de cada raça fundante e, consequentemente, os seus lugares sociais.

A partir da premissa teórica da Nova História Cultural que afirma que o sistema cultural, com seus códigos, crenças e atitudes, disciplina o indivíduo e o punciona a assimilar comportamentos e conceitos, entendemos que as percepções teórico-raciais fundidas com o imaginário embrionário, inseridos ao longo do processo histórico no bojo da estrutura cultural do Brasil, formaram os quadros sociais onde negros, pardos e mestiços tem seus espaços limitados e suas possibilidades de ascensão social definida.

Gabinete de Identificação d'Armada: a racialidade à bordo

Por fim, evidenciamos que ao analisarmos os Livros-Registros de oficiais do *Gabinete de Identificação d'Armada* (GIA), com a intenção de percebermos a concepção de raças presente na Marinha de Guerra Brasileira (MB), antes de tudo, faz-se necessário salientar que a MB, tanto no império como ainda nas primeiras décadas da república, foi uma instituição que dava preferência na formação de sua oficialidade às grandes famílias de proprietários de terras, da elite senhorial e aristocrática. Sobre este ponto Sérgio Buarque de Holanda nos assegura que:

> Assim sendo, os que se encaminhavam para a Escola Naval vinham com frequência de famílias, não só abastadas, como poderosas ou influentes na política. Sabiam que seus filhos, além de poderem fazer um curso relativamente suave, teriam oportunidades, nas viagens e nos cruzeiros marítimos, de aprimorar a educação e as maneiras (HOLANDA, 2012, p. 296).

Desse modo, como vimos, a Força Naval formava seu quadro de oficiais por meio da cooptação das elites, uma casta formada por filhos de aristocratas e, também, de oficiais de altas patentes da própria Marinha e do Exército. Assim, as fileiras da Armada recrudesciam o seu acesso, privilegiando a nobreza. Em outras palavras, o "padrão elitista", no dizer de José Murilo de Carvalho, foi dilatado até mesmo já na República:

> Durante o período imperial, a Marinha manteve um padrão de recrutamento mais alto do que o do Exército. Podemos encontrar almirantes filhos de

> importantes políticos, como o barão de Jaceguai, de famílias nobres, como Saldanha da Gama, e filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial dessa força, "a oficialidade da marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil". Tobias Monteiro, em seu libelo contra o domínio de doutores no Brasil, escreveu em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em direito, medicina e engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha. O estilo aristocrático do oficial da Marinha personificou-se ao final do Império e início da República na figura de Saldanha da Gama, que tanto brilhava na Academia Naval, de que era diretor, como nos teatros e salões do Brasil e do exterior (CARVALHO, 2006, p. 19).

Com relação aos Livros-Registros, destacamos que são fichas de identificação do GIA. Este Gabinete foi criado em 1908 com o objetivo de identificar soldados navais, marinheiros, oficiais e civis assemelhados. Assim, ao Gabinete de Identificação d'Armada competia:

> proceder a identificação de todos os indivíduos que se destinarem ao serviço da Marinha de guerra e fornecer [...] a individual datiloscópica e as demais informações necessárias dos desertores da Armada, a fim de serem requisitadas as capturas dos mesmos, devendo constar a identificação da filiação morfológica e exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos, marcas e sinais particulares, cicatrizes e tatuagens na vida ordinária e anomalias congênitas, acidentais ou adquiridas, e ainda as impressões das linhas papilares das extremidades digitais [...] Ao oficial encarregado do gabinete, incumbe [...] a manutenção de estreitas relações com o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal e com as repartições congêneres do interior...[1]

Segundo Sílvia Capanema P. de Almeida:

> O Gabinete de Identificação da Marinha teve, no entanto, sua função ampliada para além do controle interno. A identificação iria servir também para o serviço de pensões e reservas, bem como para a constituição de documentos de identificação úteis na vida civil. Era comum que as fichas servissem para identificações posteriores, quando o ex-militar voltava ao serviço para fazer uma carteira de identidade ou antes de ter baixa ou se aposentar, anexando, muitas vezes, fotografias(ALMEIDA, 2010, p. 92).

Como podemos observar, o GIA era encarregado da identificação de todo o pessoal da MB, a fim de cumprir uma série de atividades relacionadas à carreira dos militares.

[1] Aviso 0853, 25 de fevereiro de 1908, anexo ao Relatório do Ministro da Marinha de 1908.Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Assim, elegemos estes documentos por possibilitarem a constatação de dados concernentes não só a carreira dos militares, mas também a visualização de suas características físicas e de como são classificadas, que nesse contexto, são marcas simbólicas definidoras de estratos sociais.

Para tanto, foram analisadas 500 fichas em dois Livros-Registros de oficiais. Cada livro possui 250 páginas, com a mesma quantidade para o número de identificações. Das unidades semânticas de cor presentes, foi possível constatar:

Quadro 1: Classificação de cor dos Oficiais da MB.

LIVRO-REGISTRO nº 1		
ETNIA/RAÇA	**QUANTIDADE**	**PORCENTAGEM**
Branca	234	93,6%
"Branco corado"	3	1,2%
"Branco moreno"	5	2%
Mestiça	2	0,8%
"Mestiço moreno"	2	0,8%
Morena	3	1,2%
"Parda clara"	1	0,4%
TOTAL	**250**	**100%**
Fonte: DPHDM, GIA, OF, L1, 1908.		

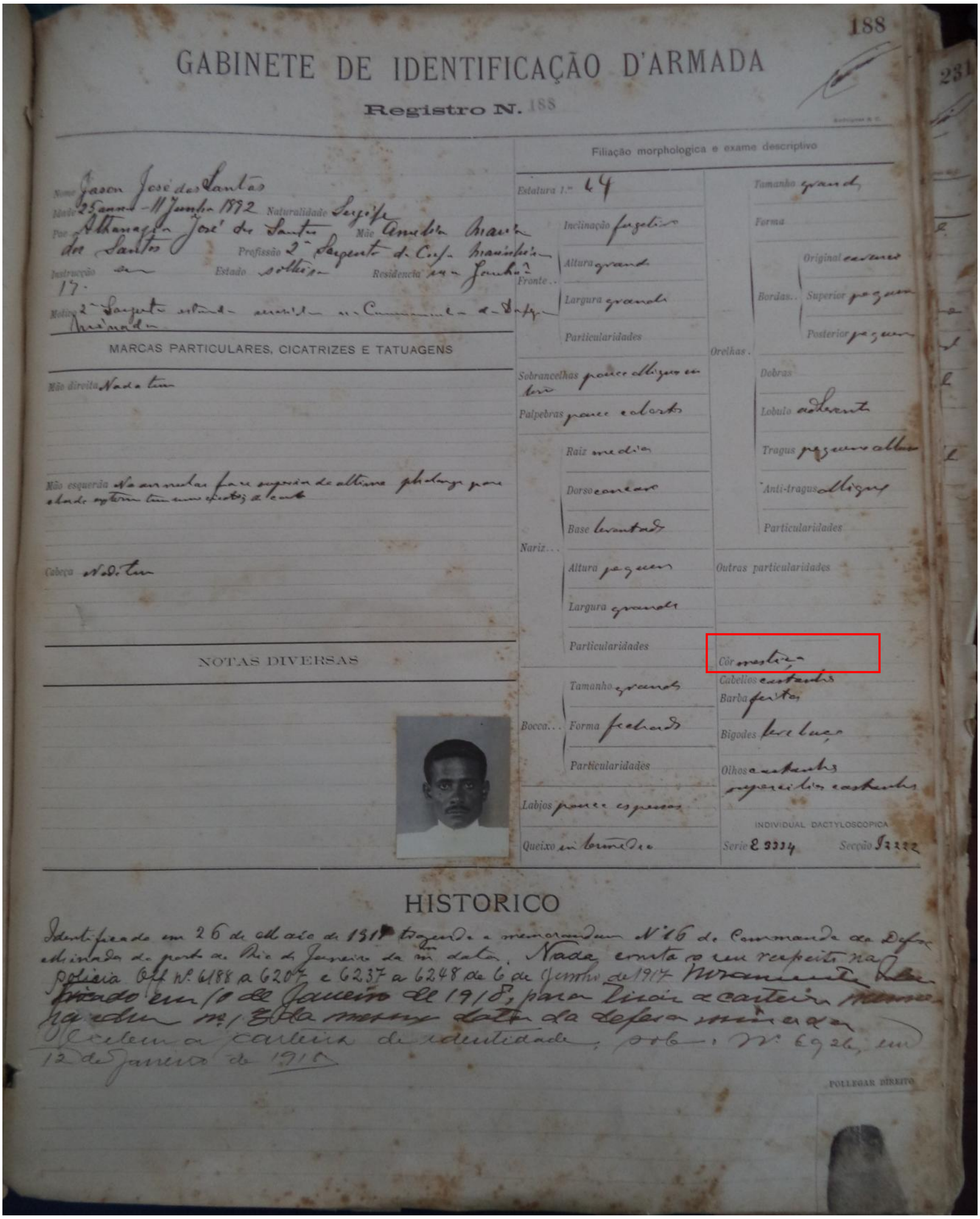
Quadro 2: Classificação de cor dos Oficiais da MB.

LIVRO-REGISTRO nº 2		
ETNIA/RAÇA	**QUANTIDADE**	**PORCENTAGEM**
Branca	209	83,6%
"Branco corado"	1	0,4%
"Branco moreno"	9	3,6%
Mestiça	7	2,8%
"Mestiço moreno"	2	0,8%
Morena	13	5,2%
Parda	6	2,4%
"Parda clara"	1	0,4%
Preta	2	0,8%
TOTAL	**250**	**100%**
Fonte: DPHDM, GIA, OF, L2, 1908.		

A partir da análise dos quadros listados anteriormente, evidenciamos que apenas 4,6% dos indivíduos identificados são classificados como "mestiços", "mestiços morenos", "pardos", "pardos claros" e "pretos".Assim, cabe ressaltar que os presentes registros perpassam um

período que vai de 1908 até 1918, fator que demonstra uma clara desvantagem das populações mestiças e negras no processo de inserção em instituições como a Armada Brasileira.

No entanto, o que chama muito a atenção é como determinadas categorias de cor são distinguidas umas das outras. Em muitos casos em que um indivíduo foi classificado como de cor "parda" ou "mestiça", na verdade, pela observação que realizamos das fotografias constantes das fichas de identificação, ficou notório que se tratava de um militar negro. Segundo Almeida, especificamente, o termo "pardo", muitas vezes, era utilizado de forma pejorativa para designar não só a mestiçagem, mas também "representava uma relativização quanto à origem docativeiro" (ALMEIDA, 2010, p. 94). Vejamos as imagens, a seguir, asquaisdemonstram as contraditórias classificações:


188

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO D'ARMADA

Registro N. 188

Nome Jason José dos Santos
Idade 25 annos - 11 Junho 1892 Naturalidade Sergipe
Pae Athanagildo José dos Santos Mãe Arcelina Maria dos Santos
Profissão 2º Sargento do Corpo Marinheiros
Instrucção
Estado solteiro
Residencia
Motivo

MARCAS PARTICULARES, CICATRIZES E TATUAGENS

Mão direita Nada tem
Mão esquerda
Cabeça Nada tem

NOTAS DIVERSAS

Filiação morphologica e exame descriptivo

Estatura 1.m 64
Fronte: Inclinação fugitiva; Altura grande; Largura grande; Particularidades
Sobrancelhas
Palpebras
Nariz: Raiz media; Dorso concavo; Base levantada; Altura pequena; Largura grande; Particularidades
Bocca: Tamanho grande; Forma fechada; Particularidades
Labios
Queixo
Orelhas: Tamanho grande; Forma; Bordas: Original, Superior pequena, Posterior pequena; Dobras; Lobulo aderente; Tragus; Anti-tragus; Particularidades
Outras particularidades
Côr morena
Cabellos castanhos
Barba feita
Bigodes
Olhos castanhos

INDIVIDUAL DACTYLOSCOPICA
Serie E 3334 Secção

HISTORICO

Identificado em 26 de Abril de 1917 ... Nada consta a seu respeito na Policia ... Janeiro de 1918 ... carteira de identidade ... 12 de Janeiro de 1918

POLLEGAR DIREITO

Figura1: Ficha de Identificação. Fonte: DPHDM, GIA, OF, L1, 1911, registro 188.

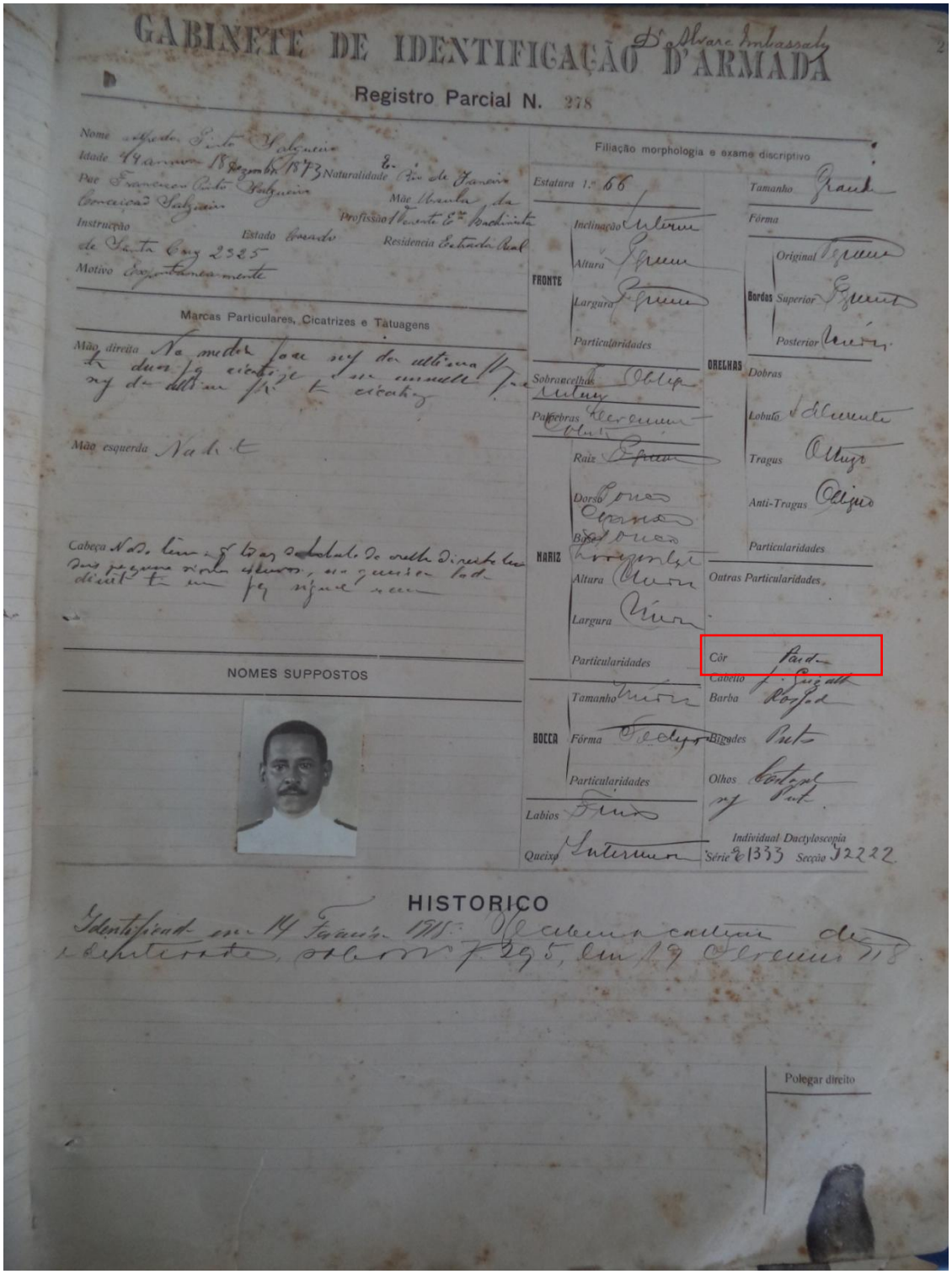


Figura 2: Ficha de Identificação. Fonte: DPHDM, GIA, OF, L2, 1915, registro 278.

Diante do exposto, percebemos a influência das concepções teórico-raciais no modo como os indivíduos tinham sua "raça" (etnia) definida no momento de sua identificação, haja vista todos os emblemas culturais que estruturavam o pensamento ideológico naquele período. Nesse sentido, concordamos com a visão de Thomas E. Skidmore que, tratando sobre o pensamento racial após abolição, assevera que dada a realidade multiétnica do Brasil, foi necessário articular esta condição racial com a rígida estratificação social no país:

> A aplicação bem-sucedida desse sistema multirracial exigia que os brasileiros desenvolvessem uma intensa sensibilidade às categorias raciais e às nuances na maneira de aplicá-las. Isso tinha como resultado uma rede instável de linhas de cor, cujas marcas podem ser vistas no volumoso folclore brasileiro sobre o mulato "pernóstico"(SKIDMORE, 2012, p. 82).

Com base nestas informações podemos apontar que, dentro da Marinha de Guerra Brasileira, havia uma concepção racial que era reflexo de um grande sistema cultural que preconizava os lugares sociais de cada grupo étnico, revelando o padrão de classificação de etnias como microcosmo de uma sociedade racista, senhorial e articuladora de um processo de branqueamento.

Nesta direção, Skidmore nos apresenta uma contribuição relevante no que tange à preferência da Armada Brasileira por brancos na composição de sua oficialidade, revelando o seguinte:

> A Marinha, que tinha a reputação de só recrutar oficiais brancos, deu ensejo a numerosos incidentes. Em 1907, segundo se alegou, marinheiros negros teriam sido excluídos de uma missão naval enviada aos Estados Unidos. O governo foi acusado de tentar apresentar ao Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, como um país branco – imputação que, obviamente, tinha fundamento. Num incidente semelhante, a Marinha teria excluído marinheiros negros da guarnição do navio que recebeu a visita do presidente da Argentina, ogeneral Roca. A Marinha já havia sofrido desfeitas raciais nos Estados Unidos: em 1905, um cruzador brasileiro ancorou em Norfolk, Virgínia, onde alguns de seus oficiais foram acusados em hotéis sob a alegação de que eram negros – uma experiência especialmente exasperada em vista da visível tentativa da Marinha de manter branca sua oficialidade (SKIDMORE, 2012, p. 91).

Considerações finais

Fica, assim, explícito como que os ideários racistas, fomentados ao longo dos oitocentos e primeiras décadas do século XX, determinavam as regras de seleção para compor as fileiras da oficialidade na Marinha Brasileira e que, também, expressavam os intentos do país em "branquear" sua população. Neste caso, percebemos, ao nos depararmos com as classificações de "cor",pensamentos contraditórios presentes nos Livros-Registros do GIA, no que diz respeito à inserção dessas concepções quando se prefere aferir o termo "pardo" ou "mestiço" a um indivíduo que, pelas suas feições fenotípicas, pode ser considerado negro.

O legado da escravidão aliado ao pensamento racial no Brasil foram peças-chaves para constituição do estrato social da sociedade e, também, para a ideia de que a "raça negra" – e seus "mestiços" ou "pardos" – tivessem a imagem de decadentes. Portanto, ao se ter em mente a questão do progresso, consequentemente, o branqueamento surgia como fator determinante.

Em outras palavras, o que fez aparecer nos Livros-Registros as contradições nas categorias semânticas de cor, ensejando um ideário racista e segregacionista, foram as forças estruturantes da ideologia cultural dominante no Brasil da época. Assim, a estrutura cultural, que tem como um dos seus signos o racismo, moldou as formar de pensar e de agir dos indivíduos, diluindo seus códigos em diversas instituições do país e no imaginário da sociedade, como é o caso da Marinha de Guerra Brasileira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. P. Capanema de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. In: **Revista Antíteses**,v. 3, n. esp. pp. 90-114, dez. 2010. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em 26 jul. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, M. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HOLANDA, S. B. (Org). A Fonda Pretoriana. In: **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Monárquico: Do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. t. II, v. 7.

ODALIA, N. **As Formas do Mesmo:** ensaios sobre o pensamento histórico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: BVCE, 2010.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira.** Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 25 jul. 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo:Companhia das Letras. 2014.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANA, O. **Populações Meridionais do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.